

Comportamento informacional: um estudo do acesso, da busca e do uso da informação pelos usuários com deficiência auditiva

Linete Bartalo (UEL) - linete@uel.br

Thais Batista Zaninelli (UEL) - tbz@uel.br

Resumo:

A análise do comportamento informacional de usuários surdos foi o principal objetivo deste estudo. Nesse contexto, realizou-se uma pesquisa cujos objetivos específicos foram: (1) identificar como essa classe de usuários reconhece suas necessidades informacionais, (2) identificar as fontes de informações utilizadas, (3) analisar os procedimentos para busca da informação e (4) de que forma essas informações são utilizadas. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado com 14 questões que contemplam os objetivos propostos. O questionário foi administrado em 22 participantes, todos eles surdos, de uma escola para surdos. Os resultados indicam que, se por um lado, para os alunos a deficiência auditiva dificulta algumas atividades, por outro lado, o trabalho do profissional bibliotecário pode minimizar tais dificuldades por intermédio do atendimento especializado aos usuários portadores de deficiência auditiva. O estudo mostrou que a maioria dos participantes identifica em si necessidade de informação, dentro da sala de aula, no momento em que o professor está explicando algum conteúdo, sendo que nem sempre essa identificação apresenta-se claramente. A fonte de informação mais utilizada é a Internet e os documentos disponibilizados na biblioteca da escola. Para buscar a informação, a maioria dos usuários pede ajuda ao auxiliar de biblioteca e, além de materiais educacionais, eles procuram informações sobre curiosidades, redes sociais e notícias. A maioria dos participantes reúne e compara as informações coletadas/recuperadas para utilizá-las.

Palavras-chave: *Comportamento informacional. Usuários da informação surdos. Unidades de informação - surdos.*

Área temática: *Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação*

Comportamento informacional: um estudo do acesso, da busca e do uso da informação pelos usuários com deficiência auditiva

RESUMO

A análise do comportamento informacional de usuários surdos foi o principal objetivo deste estudo. Nesse contexto, realizou-se uma pesquisa cujos objetivos específicos foram: (1) identificar como essa classe de usuários reconhece suas necessidades informacionais, (2) identificar as fontes de informações utilizadas, (3) analisar os procedimentos para busca da informação e (4) de que forma essas informações são utilizadas. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado com 14 questões que contemplam os objetivos propostos. O questionário foi administrado em 22 participantes, todos eles surdos, de uma escola para surdos. Os resultados indicam que, se por um lado, para os alunos a deficiência auditiva dificulta algumas atividades, por outro lado, o trabalho do profissional bibliotecário pode minimizar tais dificuldades por intermédio do atendimento especializado aos usuários portadores de deficiência auditiva. O estudo mostrou que a maioria dos participantes identifica em si necessidade de informação, dentro da sala de aula, no momento em que o professor está explicando algum conteúdo, sendo que nem sempre essa identificação apresenta-se claramente. A fonte de informação mais utilizada é a Internet e os documentos disponibilizados na biblioteca da escola. Para buscar a informação, a maioria dos usuários pede ajuda ao auxiliar de biblioteca e, além de materiais educacionais, eles procuram informações sobre curiosidades, redes sociais e notícias. A maioria dos participantes reúne e compara as informações coletadas/recuperadas para utilizá-las.

Palavras-Chave: Comportamento informacional. Usuários da informação surdos. Unidades de informação - surdos.

Temática II - Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade de integração do portador de necessidades especiais na sociedade localiza-se, muitas vezes, no ceticismo sobre a sua capacidade, é preciso postura de credibilidade frente a esta questão. As dificuldades se fazem presentes a todo instante e em todos os ambientes, e um dos papéis do profissional da informação, no âmbito de suas atividades, é trabalhar para minimizar essas dificuldades e melhor atender aos usuários portadores de deficiência.

É importante ressaltar que a burocracia ainda afeta algumas atividades específicas relacionadas ao portador não só de deficiência auditiva, mas também usuários com outros tipos de deficiência como de mobilidade. Essas burocracias envolvem aspectos como: (1) a movimentação no espaço físico, (2) o acesso à

informação escrita por meio da leitura, (3) o atendimento, e (4) o processo de comunicação, que muitas vezes torna-se mais desafiadora. Neste contexto, uma vez que a biblioteca é uma unidade de informação voltada para suprir as necessidades informacionais da comunidade, é fundamental que os profissionais que nela atuam não se omitam perante esta realidade, procurando desenvolver práticas diárias com o objetivo de estruturar seus produtos e serviços de modo a estendê-los aos usuários com necessidades especiais, participando do processo de inclusão do portador de deficiência na sociedade. Com base no que foi exposto, este trabalho apresenta um estudo realizado com os usuários surdos que se utilizam de uma linguagem própria, que difere das utilizadas pelos que não possuem tal limitação. Apesar da deficiência apresentada por esta classe de usuários, de modo geral, eles conseguem aprender, com relativa facilidade, a decodificar os símbolos gráficos, entretanto, devido às limitações de exposição à linguagem oral, apresentam dificuldades na compreensão dos textos (TENOR, 2008, p.24).

É nessa linha que o profissional da informação pode e deve melhorar suas capacidades para lidar com esse tipo de usuário, por meio da qualificação e da adaptação das suas atividades diárias que envolvem uma unidade de informação, para que os usuários surdos tenham suas necessidades informacionais supridas.

Esta pesquisa analisou o comportamento informacional dos alunos de uma escola para surdos, e para isso identificou a forma com que a informação é resgatada por eles, pois utilizam-se de uma linguagem própria para se comunicarem e nem sempre os profissionais atuantes na biblioteca estão preparados para trabalhar com esta língua, dificultando, assim, o desenvolvimento pleno de suas atividades de forma eficaz, em uma unidade de informação, no atendimento aos surdos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acesso à informação

Com a aprovação da lei 12.244/2010, de maio de 2010, que determina que todas as instituições de ensino do país, sejam elas públicas ou privadas, tenham um acervo de, no mínimo, um título por aluno matriculado e, entendendo a inclusão

como direito, destaca-se a importância de considerar o usuário, em suas necessidades, e conhecer seu comportamento informacional, arrolado às suas diversas realidades e particularidades (BRASIL, 2010).

O acesso irrestrito ao conhecimento, defendido pelo Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994) em que “[...] o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos [...] só será atingido quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade”, deve ser respeitado e defendido.

A biblioteca é uma organização social moldada de acordo com os padrões, ideologias e valores culturais que regem os modelos de sociedade vigentes, é uma unidade de informação que visa suprir as necessidades informacionais da comunidade onde está inserida, portanto, é fundamental que ela não se omita perante o problema, procurando estruturar seus produtos e serviços e estendê-los aos usuários com necessidades especiais, participando, então, do processo de inclusão do portador de deficiência na sociedade.

Nesse contexto, os bibliotecários – enquanto gestores das unidades de informação - devem estar conscientes de que o problema maior não é prover a informação para o portador de deficiência, sejam elas visual, auditiva ou motora e sim criar condições acessíveis para que eles se interessem e utilizem os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas. Portanto, a postura dos bibliotecários frente aos portadores de deficiência não deve ser de realizar ações isoladas, mas envolver a participação de outros organismos que lidam com a problemática da deficiência, seja ela qual for, para fortalecer o trabalho das bibliotecas.¹

2.2 Portador de necessidades especiais: a caracterização do surdo

O termo “surdo” é uma forma das pessoas que não ouvem individualizarem a si e a seus pares. O indivíduo surdo é, portanto, aquele que, de forma padrão, não aprende a linguagem oral/auditiva, utilizada pela maioria da população. Entretanto, segundo estudos realizados, os surdos formam de um grupo não apenas

¹ A revisão de literatura foi feita, em parte, pela acadêmica de Biblioteconomia Tatiana Cristina da Silva.

caracterizado pela falta de audição, pois esta concepção passa mais por uma identificação do grupo do que por uma característica física (SÁ, 2002).

A surdez é caracterizada pela perda auditiva em decibéis (dc), e assim definida como surdez leve (perda auditiva entre 20 e 40 dc), moderada (entre 40 e 70 dc), severa (entre 70 e 90 dc) e profunda (acima de 90 dc) (PORTELA; PORTELA, 2011).

Com a evolução da sociedade, o surdo vem ganhando espaço e se estabelecendo como cidadão, pois a história conta que pessoas surdas eram consideradas incompetentes e, até a Idade Média, tidas como seres sem alma pela igreja por não poderem falar os sacramentos (MOURA, 2000, p.46).

Segundo a autora, a primeira alusão a linguagens de sinais ocorreu na Idade Moderna por Bartolo della Marca d'Ancona, que considerava a possibilidade do surdo se expressar por meio de sinais ou outras formas. Ainda na Idade Moderna, século XV, segundo o médico italiano Girolamo Cardano, os surdos podiam e deviam receber instruções.

No começo do século XX, é possível encontrar insucessos do oralismo quando todos aqueles que não progredissem oralmente eram considerados deficientes mentais com necessidades especiais. Segundo Monteiro (2006, p. 29), “existiam famílias ouvintes que ‘escondiam’ os filhos surdos pela ‘vergonha’ de ter concebido uma criança fora dos padrões considerados normais; e por isso os surdos quase não saíam de casa ou sempre ficavam acompanhados dos pais”. Para esta autora, nem mesmo os surdos entendiam o valor da linguagem de sinais, bloqueando, assim, a aprendizagem desta Língua, o que desencadeou diversos problemas sociais, emocionais e intelectuais.

Com a aprovação da Lei de LIBRAS nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e o decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 que a regulamenta, o surdo ganhou visibilidade, mas é aos poucos que ele tem conquistado espaço na sociedade.

Atualmente, os trabalhos com surdos estão se intensificando, e minimizando as barreiras vividas por eles, visto que, como cidadãos, apesar de uma cultura diferenciada dos ouvintes, possuem os mesmos direitos e deveres assegurados na Constituição, e como lembram Gouveia Junior e Cunha (2011, p. 77),

[...] a linguagem e o ato de se comunicar são a base das relações sociais.
[...] por mais que a linguagem não esteja restrita à fala e à sua percepção,

não se pode ignorar as dificuldades que o deficiente auditivo enfrenta por não ser capaz de entender e se fazer entender.

Todo cidadão tem direito à educação, porém ela deve ir além de uma sala de aula, a educação é consolidada pelos cidadãos em seu dia a dia com base em vários aspectos, dentre eles, a busca, o acesso e o uso da informação.

2.3 Necessidades informacionais dos usuários surdos

A informação é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, seja essa sociedade composta de usuários com algum tipo de necessidade especial ou não. Nesse sentido, de acordo com Schweitzer (2007, p. 274), a noção de acesso à informação relaciona-se também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantem a esses usuários o direito à informação, pois “No Brasil, praticamente inexistente uma reflexão mais aprofundada sobre o dever institucional de contribuir para a acessibilidade da informação às pessoas com deficiência”.

A garantia ao acesso à informação e inclusão a usuários com necessidades especiais tem por base a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida”. (BRASIL, 2000).

Schweitzer (2007) enfatiza a importância da criação de uma nova sociedade na igualdade das oportunidades que favoreçam a criação de uma inclusão, pois o acesso à informação é de fundamental importância para a transformação da vida do cidadão, independente de ter ou não alguma limitação.

Todavia, as unidades de informação são portais para o conhecimento e têm como função essencial disponibilizar de maneira organizada a informação. Segundo Gil (2005), para que elas sejam acessíveis às pessoas com deficiência, faz-se necessário atentar para acessibilidade arquitetônica (acesso físico sem desnível ou catraca), comunicacional (libras e Braille) e tecnológica (DVD, CD-ROM, entre outros).

A Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários- IFLA, em 29 de março de 1999, afirma e aconselha aos bibliotecários que

[...] As bibliotecas têm a responsabilidade de garantir e facilitar o acesso às expressões do conhecimento e da atividade intelectual. Com este fim, as bibliotecas devem adquirir preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade e a diversidade da sociedade; [...] As bibliotecas deverão disponibilizar os seus documentos, instalações e serviços a todos os utilizadores, de forma equitativa. Não deve haver nenhuma discriminação com base na raça, credo, sexo, idade ou em qualquer outro motivo [...] (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E DE BIBLIOTECAS - IFLA, 1999, p.1).

De acordo com os documentos e pesquisas citados anteriormente, percebe-se a importância e alcance das leis gerais e específicas sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Segundo Coneglian e Silva (2006), a biblioteca inclusiva não é aquela biblioteca específica, por exemplo, para deficientes visuais, com todo o acervo disponível em Braille, mas, sim, aquela que atende a toda a demanda da população de maneira igualitária, onde seus usuários possam acessar e utilizar os produtos e serviços, conforme suas especificidades.

Diante do exposto, é razoável considerar que bibliotecas devam atender a todos os tipos de usuários, inclusive aqueles com deficiência auditiva – os surdos. A Resolução nº 112 CEE/SC, em seu inciso I do parágrafo primeiro do Artigo 2º, define deficiência auditiva como sendo

a perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. A mensuração é feita através de avaliações que comprovem perda bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferida nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000 Hz; variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva. (SANTA CATARINA, 2006, p. 1).

Dessa forma, a comunicação com os usuários surdos se dá pela língua brasileira de sinais (libras), sendo obrigação do profissional da informação que atua no contexto das bibliotecas aprender a linguagem de LIBRAS, para atender com qualidade essa classe de usuários.

2.4 Libras: uma opção de linguagem para os surdos

A libras é reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e pelo Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005). Essa língua é visual-espacial, ou seja, se expressa

no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização.

Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 30), “as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”. Os surdos possuem língua e cultura próprias, a linguagem, para o surdo, também se constitui pela aquisição espontânea da sua língua materna.

Quadros (1997) e Quadros e Karnopp (2004) concordam que as línguas de sinais não são sistemas linguísticos universais, utilizam a modalidade espaço-visual que se diferencia da modalidade oral-auditiva usada pelas línguas orais, ou seja, as línguas de sinais utilizam-se da visão e do espaço, enquanto as línguas orais valem-se da fala e da audição. E, da mesma forma que as línguas faladas, as línguas de sinais apresentam variação linguística, portanto a linguagem de sinais – LIBRAS - surgiu de forma espontânea, da necessidade da comunicação entre os surdos, assim como as línguas orais.

Tendo em vista que hoje a presença dos usuários surdos é uma realidade do dia a dia das unidades de informação, o presente estudo investiga, por um lado, o comportamento informacional dessa classe de usuário e, por outro lado, apresenta a necessidade de conscientização dos profissionais da informação em se capacitarem para entender e suprir tais necessidades. Ressalta-se que o comportamento informacional compõe-se do conjunto de ações para lidar com a informação, desde a identificação de uma necessidade de informação, da busca por ela, passando pelo seu acesso, avaliação e uso.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo investigou o comportamento informacional de usuários surdos do Instituto Londrinense de Educação de Surdos – ILES, criado em 15 de agosto de 1959, dentro de uma escola pública regular, o “Grupo Escolar Benjamim Constant de Londrina-Pr”, iniciando suas atividades com cinco alunos. Nos anos seguintes, novos alunos foram recebidos e, em 1998, implantou-se o ensino médio. Atualmente, o atendimento educacional dos alunos tem início na educação infantil (0 a 6 anos),

seguido de ensino fundamental e médio, além de outros programas como a alfabetização de adultos e classes especiais de dupla deficiência.

Os objetivos específicos deste estudo foram: (1) identificar como essa classe de usuários reconhece suas necessidades informacionais, (2) identificar as fontes de informações utilizadas, (3) analisar os procedimentos para busca da informação, e (4) de que forma essas informações são utilizadas. Para que se alcançasse com êxito estes objetivos, o estudo foi de natureza exploratória-descritiva com abordagem quantitativa.

Para a coleta dos dados², formulou-se um questionário que, além de duas questões de caracterização dos participantes; apresentava quatro questões para identificar o reconhecimento das necessidades informacionais; duas para verificar as fontes de informações utilizadas; seis para analisar os procedimentos de busca da informação; e duas para verificar como as informações são utilizadas, totalizando 16 questões. A aplicação do questionário ocorreu nas salas de aulas dos participantes, em horário regular de aula. Antecipadamente, foi solicitada e concedida autorização oficial da direção da escola e da professora de cada turma.

Participaram da pesquisa os alunos que portavam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados por eles, no caso dos maiores de idade, e pelos pais ou responsáveis, no caso dos menores de idade. Vinte e dois alunos responderam ao questionário, sendo 12 do sexo feminino e 10 do masculino, com idades entre 15 e 23 anos. Ressalta-se que, inicialmente, os participantes seriam 26 alunos, entretanto quatro deles não apresentaram o referido termo devidamente assinado, inviabilizando sua participação no presente estudo.

O processo de análise ocorreu em duas fases: a primeira envolveu a tabulação dos dados com base no software de gestão de dados Excel, e a segunda fase, a análise dos resultados.

4 RESULTADOS

Os resultados levaram em consideração os objetivos inicialmente propostos, e estão apresentados da seguinte forma: necessidades de Informação em diferentes contextos, em seguida, apresentam-se os resultados relacionados tanto com as

² Os dados foram coletados pela bibliotecária Carolina Paola Furlanetto Correia.

fontes de informação mais utilizadas pelos usuários surdos, quanto ao seu processo de busca de informação, finalizando com o uso da informação.

4.1 Necessidades de Informação

A necessidade de informação surge em diferentes contextos, entretanto 45% dos participantes revelaram que essa necessidade aparece no momento em que o professor está explicando algum conteúdo; seguidos por 32% que sentem esta necessidade quando estão fazendo uma prova; 14% quando elaboram um trabalho; e 9 % dos respondentes salientam que sentem necessidade informacional quando estão estudando.

As necessidades de informação nem sempre são claras para a maior parte dos respondentes, 64% deles, porém 23% percebem nestas necessidades com um pouco de confusão na hora de interpretá-las e ainda 9% consideram-nas sempre confusas. Apenas um participante (4%) salientou tê-las sempre claras. No que diz respeito à frequência com que esta necessidade é percebida, 59% apontaram que sempre a percebem; 32% às vezes; e 9% raramente.

Para identificar a disciplina que os participantes mais necessitam de informação, foi solicitado que eles as categorizassem da primeira (1- a que mais necessitam de informação) até a oitava (8 – a que menos necessitam de informação).

A disciplina apontada como a que mais necessita de informação foi a de português com 55% dos participantes atribuindo-lhe número 1, ou seja, primeiro lugar em necessidade de informação. Também em primeiro lugar aparecem matemática para 18% dos participantes; sociologia e educação física para 14%; ciências para 9%; e filosofia e história para 4%.

Como segunda colocada em necessidade de informação, constatou-se português e matemática para 27% dos participantes; história e sociologia para 14%; geografia para 9%; e educação física para 5%.

História e matemática foram apontadas como terceira necessidade de informação por 27% dos respondentes; geografia por 14%; e filosofia, sociologia e educação física por 9%. No quarto lugar de frequência de necessidade de informação, aparecem filosofia para 32% dos participantes; geografia para 18%; e

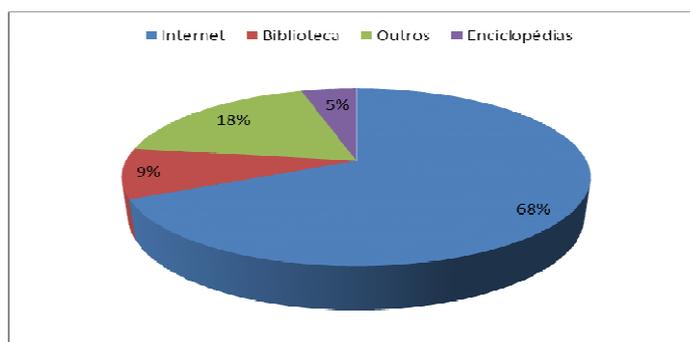
sociologia para 14%.

Na oitava colocação, ou seja, a de menor necessidade de informação ficou educação física para 68%; as disciplinas de ciências, matemática e sociologia para 9,09%; e ainda geografia para 5%.

4.2 Fontes de informação

Para identificar as fontes de informação mais utilizadas pelos participantes, solicitou-se que eles as classificassem por frequência de utilização. Conforme resultados apresentados no Gráfico 1, a fonte de informação mais utilizada é a internet (68%). Para 18% dos participantes, que usam outras fontes, discriminaram-nas como sendo apostilas, revistas e livros didáticos.

Gráfico 1: Fontes de Informação



Fonte: Dados da pesquisa.

As fontes de informação utilizadas para localizar informações para as disciplinas cursadas para 73% dos participantes é a televisão; para 18%, os jornais; e para 9% são outras fontes, tais como as revistas.

4.3 Busca da informação

No que se refere ao momento de busca pela informação para trabalhos escolares na biblioteca, 50% dos respondentes afirmaram que falam o tema a ser pesquisado e o auxiliar de biblioteca lhes traz o livro; 32% relataram que os livros já estão separados; aqueles que vão direto à estante porque sabem encontrar o material que precisam perfazem 14% dos participantes, sendo que 5% ao

informarem o tema da pesquisa, o auxiliar de biblioteca indica onde fica o material solicitado.

Ao iniciar uma busca de informação na biblioteca para encontrar materiais compatíveis com o tema procurado, 64% pedem a ajuda ao auxiliar de biblioteca; 18% aos colegas e aos professores; e outros 18% não pedem ajuda a ninguém.

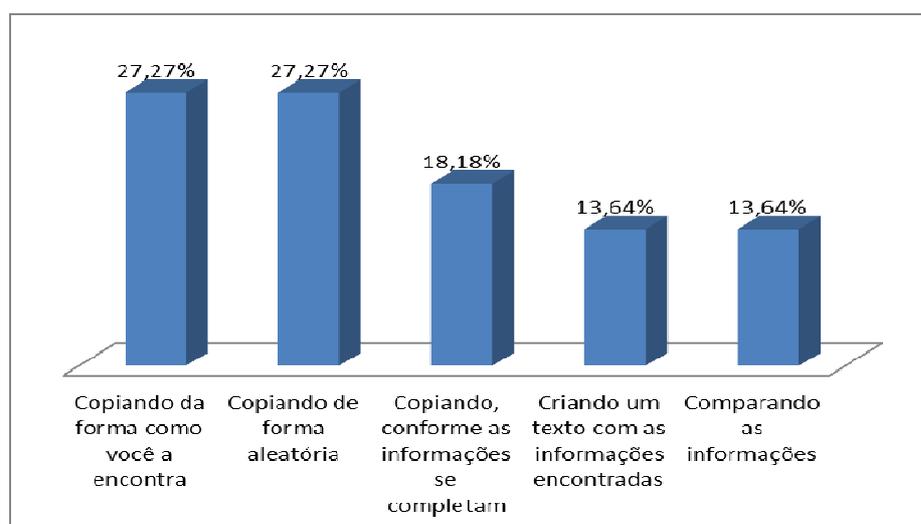
Fora do âmbito educacional, 36% dos participantes buscam informações sobre curiosidades, 27% sobre as redes sociais, 23% sobre as notícias, 9% sobre esportes, e 5% buscam informação por outros motivos.

4.4 Uso da informação

Para usar as informações acessadas, 41% dos participantes as reúne para compará-las, enquanto 36% não pegam mais de uma informação e 18,% selecionam as informações apenas na hora de utilizá-las, sendo que 5% apontaram a opção “outros”.

A forma de uso da informação para 27% dos participantes resume-se a copiá-la como a encontra; outros 27% copiam aleatoriamente; 18% copiam complementando; 14% criam texto com as informações encontradas e 14% compararam as informações encontradas, conforme resultados apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Uso da Informação



Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Os resultados encontrados nesta pesquisa revelam o dinamismo com que esta comunidade escolar busca as informações para satisfazer suas necessidades informacionais acadêmicas, cujo teor orienta-se no sentido de realizar a aprendizagem de uma forma efetiva. As dificuldades apontadas, tanto no aspecto de clareza na definição de uma necessidade informacional, como na busca por informação pelos estudantes surdos podem e devem receber maior atenção por parte do profissional bibliotecário, sendo de importância fundamental para a superação de barreiras porventura existentes.

De acordo com o Manifesto da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), a biblioteca escolar deve ter as seguintes funções:

Informativa: fornecer informação viável, acesso rápido, recuperação e transferência de informação. Nesta função, a biblioteca deverá integrar as redes de informação regionais e nacionais;

Educativa: assegurar a educação ao longo da vida, promovendo meios e equipamentos e um ambiente favorável à aprendizagem, tais como: orientação presencial, seleção e uso de materiais formativos em competências de informação, sempre através da integração com o ensino na sala de aula e a promoção da liberdade intelectual;

Cultural: melhorar a qualidade de vida mediante a apresentação e apoio a experiências de natureza estética, orientação na apreciação das artes, encorajamento à criatividade e desenvolvimento de relações positivas;

Recreativa: suportar e melhorar uma vida equilibrada em encorajar uma ocupação útil dos tempos livres mediante o fornecimento de informação recreativa, materiais e programas de valor recreativo e orientação na utilização dos tempos livres. (MANIFESTO..., 2000).

O empenho do profissional bibliotecário em cada uma destas funções em uma escola, principalmente em escola de educação para surdos, como é o caso do ILES, minimiza dificuldades originadas desta deficiência. Há de se destacar a função educativa dentre as quatro definidas no referido Manifesto, junto à qual este empenho pode ser mais produtivo no sentido do apoio que pode ser dado pela biblioteca aos educadores, como suporte nas diversas atividades pedagógicas realizadas no intuito de um processo ensino-aprendizagem mais eficaz.

Dessa forma, o profissional bibliotecário deve ter qualificação profissional especializada no atendimento a esta comunidade de usuários para promover a

inclusão social no que tange à informação. Nesse sentido, as contribuições trazidas com os resultados desta pesquisa servem de subsídios para embasar possíveis planejamentos que visem à melhoria das condições de bibliotecas escolares e principalmente daquelas inseridas em escolas especializadas no atendimento de pessoas com alguma forma de deficiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos usuários com deficiência em todos os ambientes, sejam acadêmicos, profissionais ou de lazer, propõe uma nova tendência na relação humana, à medida que tenta superar preconceitos e disseminar o conceito de inclusão, em que todos os indivíduos são iguais no acesso à informação, independente das suas limitações, pois o direito à informação precisa e deve ser respeitado.

O comportamento informacional, essencial ao exercício da cidadania e inclusão social foi o foco deste estudo que, por um lado realizou uma pesquisa empírica junto aos alunos e, por outro lado, refletiu sobre o profissional bibliotecário, levando em conta a estrutura social que tem como base a informação que provoca a ação do indivíduo em situações do cotidiano.

Com base no exposto, conclui-se que é fundamental que o profissional bibliotecário reconheça a importância de todas as fases do comportamento informacional (identificação de uma necessidade de informação, sua busca, avaliação e uso), uma vez que o sucesso, em cada uma destas fases, principalmente no que diz respeito às informações para fins de aprendizagem escolar depende, em alguma medida da capacidade do profissional que atua na biblioteca da escola.

Tendo como objeto de estudo os usuários com necessidades especiais – os surdos – e considerando que eles necessitam de tecnologias e atenção específicas por parte dos profissionais de informação e dos ambientes informativos, os resultados obtidos embasam a sugestão para que futuras pesquisas envolvam, de forma mais efetiva, a avaliação da capacitação dos profissionais que atendem a este público em específico, inclusive a estrutura do ambiente de atendimento desta classe de usuários da informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 20 mar. 2013.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **Lei 12.244/2010, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SILVA, Helen de Castro Silva. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENANCIB, 7., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=305>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E DE BIBLIOTECAS - IFLA. **Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual.** Haia, Holanda, 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm>. Acesso em: 9 mar. 2011.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da. Projeto libras no museu: disseminando informação, cultura e memória contra os silêncios que geram o esquecimento. **Documentação e Memória**, Recife, v.2, n.4, p.75-88, jan./dez. 2011.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 23 maio 2011.

MONTEIRO, Myrna Salerno. Histórias dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da libras no Brasil. **Etd - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p.279-289, jul./ 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1649/pdf_2> Acesso em: 26 nov. 2011

MOURA, Maria Cecília de. Algumas considerações sobre a surdez e o indivíduo surdo numa perspectiva histórica. In:_____. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. p. 15-52.

PORTELA, Miguel Ângelo Bueno; PORTELA, Daniel Arcanjo Bueno. **Acessibilidade e o uso da biblioteca por usuários surdos**: estudo de caso com estudantes surdos do Curso a Distância de Letras-Libras do polo da Universidade de Brasília. 2011. 154 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

_____; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Os estudos surdos. **Revista da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.eusurdo.ufba.br/arquivos/estudos_surdos_feneis.doc> Acesso em: 15 abr. 2012.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 112 CEE/SC, de 12 de dezembro de 2006**. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=460. Acesso em: 26 nov.2011.

SCHWEITZER, Fernanda. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 273-285, jul./dez. 2007.

TENOR, Ana Claudia. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da Rede Municipal de Ensino de Botucatu**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.